



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTÁGIÁRIO(A)S DE DIREITO PARA COMARCAS DO INTERIOR DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ, EM REGIME REMOTO

Informações Gerais

- Este caderno é composto de OITO PÁGINAS, contendo CINQUENTA questões.
- NÃO ABRA O CADERNO ANTES DE RECEBER AUTORIZAÇÃO DO FISCAL DE SALA.

Instruções

- Verifique se as seguintes informações estão corretas no cartão de respostas: nome, área a que concorre, número da identidade e número de inscrição. Se houver erro, comunique ao fiscal.
- Nada deve ser escrito ou registrado no cartão de respostas, além de sua assinatura e da marcação das respostas. Para isso, use apenas caneta de corpo transparente, azul ou preta.
- Após ler as questões e escolher a alternativa que melhor responde a cada uma delas, cubra totalmente o espaço que corresponde à letra a ser assinalada no cartão de respostas.
- As respostas em que houver falta de nitidez ou marcação de mais de uma letra não serão registradas, não pontuando para o candidato.
- O cartão de respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado.
- Não haverá substituição do cartão de respostas.

Caderno de Questões

- Ao receber autorização para abrir este caderno, verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, comunique imediatamente ao fiscal.
- O tempo disponível para fazer a prova e preencher o cartão de respostas é de TRÊS HORAS. Nada mais poderá ser registrado após o término desse prazo.
- Ao terminar a prova e a marcação do cartão de respostas, entregue ao fiscal este caderno e o cartão de respostas.
- Nas salas de provas, os(as) candidatos(as) não poderão usar relógio digital, boné ou óculos escuros, nem portar arma de fogo, fumar e utilizar corretores ortográficos.
- Será eliminado da Seleção Pública o candidato que, durante a prova, utilizar qualquer meio de obtenção de informações, eletrônico ou não.
- Será também eliminado o candidato que se ausentar da sala levando consigo qualquer material de prova sem autorização da Coordenação da Seleção Pública.
- O candidato que desejar levar este caderno somente poderá se ausentar da sala de provas meia hora antes do horário previsto para seu término.

LÍNGUA PORTUGUESA E REDAÇÃO OFICIAL

1. Em seu discurso de posse como presidente do Supremo Tribunal Federal, o ministro Luís Roberto Barroso disse que a comunicação será um dos eixos de sua gestão: “melhorando a interlocução com a sociedade, expondo em linguagem simples o nosso papel, explicando didaticamente as decisões, desfazendo incompreensões e mal-entendidos”.

Em relação a essa fala do ministro, marque a alternativa correta:

- A) Na gestão de Barroso, o STF adotará como padrão textos com linguagem rebuscada, somente entendidos por pessoas de alto nível de escolaridade.
- B) O presidente do STF considera que a adoção de uma linguagem simples e acessível não possui impacto na relação entre Judiciário e sociedade.
- C) Segundo o ministro, o STF deve adotar uma linguagem simples e acessível, de forma a melhorar a relação com a sociedade. Isso implica escrever textos conotativos, com palavras de baixo calão.
- D) De acordo com Barroso, os textos produzidos pelo STF devem adotar uma linguagem simples, coerente e coesa, que facilite sua compreensão por todas as pessoas.
- E) As alternativas A e C estão corretas.

2. De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República (2018), a redação oficial é:

- A) A maneira pela qual o poder público redige comunicações oficiais e atos normativos.
- B) Necessariamente árida e contrária à evolução da língua.
- C) Possui como destinatário o público, uma instituição privada ou outro órgão ou entidade pública, do Poder Executivo ou dos outros Poderes.
- D) Usada para comunicar algum assunto relativo às atribuições do órgão que a redige.
- E) As alternativas A, C e D estão corretas.

3. O Manual de Redação da Presidência da República adota, para padronizar o uso de siglas e acrônimos nos atos normativos, os conceitos sugeridos pelo Manual de Elaboração de Textos da Consultoria Legislativa do Senado Federal (1999). Marque a alternativa correta em relação ao uso de siglas e acrônimos nos atos normativos:

- A) As siglas e os acrônimos devem ser escritos no mesmo corpo do texto, sem o uso de pontos intermediários ou finais.
- B) Na primeira citação, a expressão designada deve vir escrita por extenso, de forma completa e correta, sempre antes de sua sigla ou acrônimo respectivo, separados por travessão. Exemplo: Tribunal de Justiça do Piauí - TJPI.
- C) Com sigla empregada no plural, admite-se o uso de s (minúsculo) de plural, sem apóstrofo: TJs (Tribunais de Justiça) e não TJ's.
- D) Siglas e acrônimos só devem ser usados se consagrados pelo uso geral e não apenas no âmbito de setor da administração pública ou de grupo social específico.
- E) Todas as alternativas estão corretas.

4. Sobre a impessoalidade na redação oficial, é **incorreto** afirmar que:

- A) A impessoalidade decorre de princípio constitucional (Constituição, art. 37), e seu significado remete à obrigatoriedade de que a administração pública proceda de modo a privilegiar ou prejudicar ninguém.
- B) Apesar de a ação administrativa ser exercida por intermédio dos servidores públicos, é resultado tão somente da vontade estatal.
- C) A redação oficial é elaborada sempre em nome do serviço público e sempre em atendimento ao interesse geral dos cidadãos.
- D) Os assuntos objetos dos expedientes oficiais não devem ser tratados de outra forma que não a estritamente impessoal.
- E) Não há lugar na redação oficial para impressões pessoais, como as que, por exemplo, constam de uma carta a um amigo, ou de um artigo assinado de jornal, ou mesmo de um texto literário.

5. Em relação à padronização da estrutura do texto do documento oficial, marque a alternativa **incorreta**:

- A) Na introdução: em que é apresentado o objetivo da comunicação. Faça uso das formas: Tenho a honra de, tenho o prazer de.
- B) No desenvolvimento: em que o assunto é detalhado; se o texto contiver mais de uma ideia sobre o assunto, elas devem ser tratadas em parágrafos distintos.
- C) Quando for usado para encaminhamento de documentos, a estrutura é modificada, devendo a introdução ser iniciada com referência ao expediente que solicitou o encaminhamento.
- D) No desenvolvimento, se o autor da comunicação desejar fazer algum comentário a respeito do documento que encaminha, poderá acrescentar parágrafos de desenvolvimento.
- E) Na conclusão é afirmada a posição sobre o assunto.

6. Leia:



Identifique a alternativa que aponta a classe gramatical da palavra “SOMOS”:

- A) 1ª pessoa do singular do presente do modo subjuntivo do verbo ser.
- B) 1ª pessoa do singular do pretérito do modo indicativo do verbo ser.

- C) 1ª pessoa do plural do futuro do modo imperativo do verbo ser.
 D) 1ª pessoa do plural do presente do modo indicativo do verbo ser.
 E) 1ª pessoa do pretérito do modo indicativo do verbo ser.
7. Em relação às regras de regência verbal e regência nominal, marque a alternativa **errada**:
- A) As crianças precisam obedecer às regras.
 B) Você está duvidando do quê?
 C) Eu lhe amo muito, Astolfo; não duvide.
 D) De uma coisa eu tenho certeza: faço sempre o meu melhor.
 E) Namore alguém que te veja com amor.
8. Marque a alternativa em que o acento indicativo de crase foi utilizado de maneira **incorreta**:
- A) Fui à João Pessoa a trabalho.
 B) Nada me fará voltar a Brasília.
 C) Quase todas as lojas vendem a prazo.
 D) Aquela criança não obedece à avó.
 E) Nunca fui a Berlim.
9. De acordo com a norma culta, o verbo destacado no trecho: “Temos que ter força até mesmo para colocar em ação aquilo que ACREDITAMOS”, aceita outra regência. Dessa forma, assinale a alternativa que também estaria correta:
- A) Em que acreditamos.
 B) Com que acreditamos.
 C) A que acreditamos.
 D) De que acreditamos.
 E) P elo qual acreditamos.
10. Marque a alternativa que apresenta antônimos:
- A) Ela é muito simpática e atenciosa.
 B) Nem entrava, nem saía, estava completamente indecisa.
 C) Aquela jovem é alta, formosa e agradável.
 D) A prova final foi difícil e cansativa.
 E) Amanda veio triste e insatisfeita e a festa não acontecerá.
- ### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
11. Uma constituição que é elaborada por um governante ou grupo de governantes, sem participação popular, e que é submetida a um referendo popular apenas para dar aparência de legitimidade, é denominada:
- A) Outorgada
 B) Democrática
 C) Cesarista
 D) Dualista
 E) Pactuada
12. Tem eficácia limitada a norma constitucional que prevê que:
- A) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
 B) A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
- C) É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.
 D) O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.
 E) Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
13. “Objetiva impedir que os órgãos encarregados de realizar a interpretação constitucional cheguem a um resultado que subverta ou perturbe o esquema organizatório funcional estabelecido pela Constituição, sob pena de usurpação de competência.”
- Esse aspecto de interpretação das normas constitucionais é relacionada ao princípio:
- A) Da justeza.
 B) Da força normativa da constituição.
 C) Do efeito integrador.
 D) Da máxima efetividade.
 E) Da interpretação conforme a constituição.
14. A República Federativa do Brasil é regida nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, **salvo**:
- A) Defesa da paz.
 B) Concessão de asilo político.
 C) Autodeterminação dos povos.
 D) Igualdade entre os Estados.
 E) Pluralismo político.
15. Em relação aos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:
- A) É livre a manifestação do pensamento, sendo tolerado o anonimato.
 B) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização, porém restrita aos danos materiais.
 C) É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis, embora seja vedada nas entidades militares.
 D) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
 E) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz e de guerra, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
16. No que toca aos direitos da nacionalidade, previstos no texto constitucional, tem-se a distinção entre os brasileiros natos e naturalizados. Nesse sentido, assinale a alternativa **incorreta**:
- A) São brasileiros natos aqueles nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
 B) São brasileiros natos aqueles nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
 C) São brasileiros natos aqueles nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

- D) São brasileiros naturalizados aqueles que, na forma da lei, adquiriram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por três anos ininterruptos e idoneidade moral.
- E) São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
17. Acerca das súmulas vinculantes, previstas na Constituição Federal, assinale alternativa correta:
- A) Podem ser aprovadas com o quórum de maioria absoluta.
- B) Após sua edição, poderão ser revistas ou canceladas, na forma da lei.
- C) Seus efeitos vincularão o Poder Judiciário, Executivo e o Legislativo.
- D) A partir de sua publicação na imprensa oficial, terão efeito apenas entre as partes.
- E) O Superior Tribunal de Justiça tem legitimidade para deflagrar sua aprovação.
18. De acordo com o texto constitucional, pode-se afirmar que são funções essenciais à Justiça, **exceto**:
- A) O Ministério Público.
- B) A Advocacia Pública.
- C) A Segurança Pública.
- D) A Advocacia.
- E) A Defensoria Pública.
19. O Direito Administrativo é o ramo do direito público que tem por objeto os órgãos, os agentes e as pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exerce e os bens que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública. Nesse sentido, conforme previsão expressa da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa **incorreta**:
- A) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- B) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- C) O prazo de validade do concurso público será de até quatro anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- D) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- E) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
20. Sendo o Direito Administrativo, em suas origens, de elaboração pretoriana e não codificado, os princípios sempre representaram papel relevante nesse ramo do direito, permitindo à Administração e ao Judiciário estabelecer o necessário equilíbrio entre os direitos dos administrados e as prerrogativas da Administração. Diante dessa perspectiva, identifique a alternativa correta:
- A) Os dois princípios fundamentais e que decorrem da assinalada bipolaridade do Direito Administrativo – liberdade do indivíduo e autoridade da Administração – são os princípios da legalidade e da supremacia do interesse público sobre o particular, que não são específicos do Direito Administrativo porque informam todos os ramos do direito público; no entanto, são essenciais, porque, a partir deles, constroem-se todos os demais.
- B) Segundo o princípio da publicidade, a Administração Pública só pode fazer o que a lei permite. No âmbito das relações entre particulares, o princípio aplicável é o da vinculação, que lhes permite fazer tudo o que a lei não proíbe.
- C) O princípio da isonomia exige a ampla divulgação dos atos praticados pela Administração Pública, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.
- D) Pelo princípio da motivação, entende-se que o serviço público, sendo a forma pela qual o Estado desempenha funções essenciais ou necessárias à coletividade, não pode parar.
- E) O princípio da especialidade exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões.
21. O Estado sempre deve estar a serviço da coletividade e age por meio de seus agentes, o elemento físico através do qual se movimenta para exercer suas funções. Ocorre que, para o exercício dessas funções, é indispensável que o ente público tenha facilidades no exercício de sua atividade e, assim, os poderes administrativos são chamados de Poderes-Deveres e são fundamentais na persecução do interesse coletivo. Considerando tais poderes, assinale a alternativa correta:
- A) Poder regulamentar é o que cabe à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.
- B) Poder disciplinar se traduz no poder conferido à Administração Pública de expedir normas gerais, ou seja, atos administrativos gerais e abstratos com efeitos *erga omnes*.
- C) Poder discricionário é aquele de que dispõe a Administração para a prática de atos administrativos em que é mínima ou inexistente a sua liberdade de atuação, ou seja, é o poder de que ela se utiliza quando pratica atos vinculados.
- D) Poder vinculado é o poder conferido à Administração para a prática de atos discricionários (e sua revogação), ou seja, é aquele em que o agente administrativo dispõe de uma razoável liberdade de atuação, podendo valorar a oportunidade e conveniência da prática do ato, quanto ao seu motivo, e, sendo o caso, escolher, dentre os limites legais, o seu conteúdo (objeto).
- E) Poder de polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.
22. Considerando a classificação dos atos administrativos, analise as assertivas a seguir e marque a opção correta:
- A) Ato declaratório é aquele que cria uma nova situação jurídica individual para seus destinatários, em relação à administração.
- B) Ato modificativo é aquele que põe fim a situações jurídicas individuais existentes.

- C) Ato constitutivo é o que tem por fim alterar situações preexistentes, sem provocar a sua extinção.
- D) Ato extintivo é aquele que apenas afirma a existência de um fato ou de uma situação jurídica anterior a ele.
- E) Atos vinculados são os que a administração pratica sem margem alguma de liberdade de decisão, pois a lei previamente determinou o único comportamento possível a ser obrigatoriamente adotado sempre que se configure a situação objetiva descrita na lei.
- 23.** Controle administrativo é o conjunto de instrumentos que o ordenamento jurídico estabelece a fim de que a própria Administração Pública, os Poderes Judiciário e Legislativo, e ainda o povo, diretamente ou por meio de órgãos especializados, possam exercer poder de fiscalização, orientação e revisão da atuação administrativa de todos os órgãos, entidades e agentes públicos, em todos os Poderes e níveis da Federação. Nesse contexto, marque a alternativa correta quanto à classificação das formas de controle:
- A) Controle externo é aquele exercido dentro de um mesmo Poder, seja o exercido no âmbito hierárquico, seja o exercido por meio de órgãos especializados, sem relação de hierarquia com o órgão controlado, ou ainda o controle que a administração direta exerce sobre a administração indireta de um mesmo Poder.
- B) Controle interno ocorre quando exercido por um Poder sobre os atos administrativos praticados por outro Poder.
- C) Controle concomitante é aquele exercido antes do início da prática ou antes da conclusão do ato administrativo, constituindo-se em requisito para a validade ou para a produção de efeitos do ato controlado.
- D) Controle prévio é exercido durante a realização do ato e permite a verificação da regularidade de sua formação.
- E) Controle subsequente é exercido após a conclusão do ato.
- 24.** Conforme Maria Sylvia Zanella Di Pietro, existem cláusulas que não seriam comuns ou que seriam ilícitas em contrato celebrado entre particulares, por conferirem prerrogativas a uma das partes (a Administração) em relação à outra, ou seja, colocam a Administração em posição de supremacia sobre o contratado. Diante disso, assinale a alternativa que indica a denominação de referidas cláusulas:
- A) Exageradas.
- B) Exorbitantes.
- C) Editalícias.
- D) Restritivas.
- E) Principlológicas.
- 25.** A Lei nº 14.133/2021 estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Nesse contexto, assinale a alternativa **incorreta** acerca das modalidades de licitação expressas na lei citada acima:
- A) Adota-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- B) O leilão poderá ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela autoridade competente da Administração, e o regulamento deverá dispor sobre seus procedimentos operacionais.
- C) A concorrência observará as regras e condições previstas em edital, que indicará: a qualificação exigida dos participantes; as diretrizes e formas de apresentação do trabalho; as condições de realização e o prêmio ou remuneração a ser concedida ao vencedor.
- D) O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia.
- E) São modalidades de licitação: pregão, concorrência, concurso, leilão e diálogo competitivo.
- 26.** Os institutos da decadência e da prescrição são de suma importância no Direito brasileiro e representam, no âmbito da Administração Pública, fatos jurídicos que amparam a ordem jurídica. Nesse sentido, assinale a alternativa que indica o princípio administrativo que está intrinsecamente relacionado ao instituto da decadência e da prescrição:
- A) Moralidade administrativa.
- B) Segurança jurídica.
- C) Autotutela.
- D) Indisponibilidade do interesse público.
- E) Supremacia do interesse público.
- 27.** Segundo a Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro (LINDB), quando inicia a obrigatoriedade da lei nos Estados estrangeiros?
- A) Imediatamente.
- B) 45 dias após admitida.
- C) 60 dias após admitida.
- D) 3 meses depois de oficialmente publicada.
- E) 6 meses depois de oficialmente publicada.
- 28.** De acordo com o Código Civil, quando inicia a personalidade civil da pessoa?
- A) Na concepção.
- B) No nascimento com vida.
- C) Após registro civil em cartório.
- D) 3 meses após a concepção.
- E) No nascimento, ainda que sem vida.
- 29.** Considerando que o Código Civil sofreu significativas alterações pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15), dentre as alternativas abaixo, qual se enquadra em causa de incapacidade absoluta?
- A) Ébrios habituais.
- B) Aqueles que, por causa permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- C) Pródigos.
- D) Menores de 16 anos.
- E) Viciados em substâncias psicoativas.
- 30.** A menoridade cessa aos dezoito anos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. No entanto, é possível que a incapacidade cesse para menores. Dentre as alternativas abaixo, qual **não** está prevista no Código Civil?
- A) Exercício de emprego público efetivo.
- B) Pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- C) Pela colação de grau no ensino médio.
- D) Pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia

- própria.
E) Casamento.
- 31.** Sobre negócio jurídico, assinale a alternativa **incorreta**:
- A) A validade do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.
B) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos cointeressados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
C) O silêncio importa anuência quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem e não for necessária a declaração de vontade expressa.
D) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.
E) Nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que a intenção nelas consubstanciada.
- 32.** Nos termos do Código Civil, “quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta”. Estamos falando de:
- A) Coação.
B) Estado de perigo.
C) Erro ou ignorância.
D) Dolo.
E) Lesão.
- 33.** Nos termos do art. 70 do CPC, “toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo”.
- Sobre a Capacidade no processo civil, assinale a alternativa correta:
- A) Segundo a doutrina, os termos “capacidade de ser parte” e “capacidade processual” são sinônimos.
B) Capacidade Postulatória é a capacidade conferida pela lei aos advogados para praticar atos processuais em juízo, de modo que não há, no ordenamento jurídico pátrio, hipóteses de atuação judicial da parte sem advogado.
C) Havendo incapaz, o juiz nomeará curador especial mesmo que a parte tenha representante legal.
D) É necessária a nomeação de curador especial ao réu preso, mesmo que ele tenha advogado constituído nos autos.
E) Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nas hipóteses de comosse ou de ato por ambos praticado.
- 34.** O regime de nulidades processuais previsto no CPC dá primazia à instrumentalidade das formas, com o aproveitamento dos atos que alcancem a sua finalidade. Nesse contexto, é correto afirmar que:
- A) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.
B) Quando a lei prescrever determinada forma, é vedado ao juiz considerar válido o ato mesmo que, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.
C) Mesmo nos casos em que o juiz deva decretar de ofício, a nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob

- pena de preclusão.
D) É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir. No entanto, a nulidade só pode ser decretada após a intimação do Ministério Público, que se manifestará sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.
E) Ao pronunciar a nulidade de determinado ato, é vedado ao juiz declarar a nulidade de outros atos que são atingidos, cabendo exclusivamente à parte apontar e requerer a pronúncia de sua nulidade.
- 35.** Sobre a petição inicial e seu indeferimento, assinale a alternativa **incorreta**:
- A) Considera-se inepta a petição inicial quando da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão.
B) Nas ações que tenham por objeto a revisão de obrigação decorrente de empréstimo, de financiamento ou de alienação de bens, o autor terá de, sob pena de inépcia, discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, além de quantificar o valor incontroverso do débito. Neste caso, em razão do ajuizamento da demanda, o autor está dispensado de continuar o pagamento dos valores incontroversos.
C) Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se.
D) O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.
E) A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.
- 36.** Exemplo de questão preliminar que o réu deve levantar na contestação, antes de adentrar ao mérito:
- A) Prescrição.
B) Indevida concessão da gratuidade judiciária.
C) Decadência.
D) Inversão do ônus da prova.
E) Reconvenção.
- 37.** “Quando o resultado da apelação for não unânime, o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, que serão convocados nos termos previamente definidos no regimento interno, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial, assegurado às partes e a eventuais terceiros o direito de sustentar oralmente suas razões perante os novos julgadores”. O referido dispositivo legal se trata do fenômeno processual conhecido como:
- A) Ampliação de colegialidade.
B) Incidente de resolução de demanda repetitiva.
C) Incidente de assunção de competência.
D) Decisão monocrática de mérito.
E) Recurso repetitivo.
- 38.** A teoria do delito (do crime) é um caminho lógico / de raciocínio, que proporcionará ao operador do direito o instrumental para, ao final, concluir se há ou não delito no caso concreto. **Não** é analisado como elemento do crime:
- A) Conduta.

- B) Tipicidade.
C) Ilícitude.
D) Culpabilidade.
E) Punibilidade.
39. Gustavo e Roberto estavam em um barco durante uma tempestade em um lago. Havia apenas um colete salva-vidas, e os dois lutaram fisicamente para obtê-lo. Gustavo conseguiu ficar com o colete e, infelizmente, Roberto acabou se afogando durante o acidente. A conduta de Gustavo foi:
- A) Lícita e amparada pela legítima defesa.
B) Lícita e amparada pela inexistência de conduta diversa.
C) Lícita e amparada pelo estado de necessidade.
D) Lícita e amparada pelo exercício regular de um direito.
E) Ilícita.
40. Constitui causa suspensiva para a contagem do prazo para a prescrição enquanto não passar em julgado a sentença final:
- A) O agente cumprir pena no exterior.
B) A não localização do agente.
C) O recebimento da denúncia.
D) A reincidência.
E) O início do cumprimento da pena.
41. Enquanto Marcos passeava pelo Centro de Teresina, ele foi abordado por dois policiais militares. Os agentes, agindo com base em uma suspeita justificada de envolvimento em atividades criminosas, começaram a realizar uma revista pessoal em Marcos. No entanto, Marcos se recusou a cooperar com a revista e, mediante ameaça, se opôs à execução do ato legal.
- Considerando a situação hipotética, Marcos responderá pelo crime de:
- A) Desobediência.
B) Desacato.
C) Resistência.
D) Exercício arbitrário das próprias razões.
E) Fuga de pessoa presa.
42. Sobre o crime de peculato, assinale a alternativa **incorreta**:
- A) Pode ser cometido na modalidade dolosa ou culposa.
B) Peculato cometido de forma dolosa é apenado com reclusão.
C) Peculato cometido de forma culposa é apenado com detenção.
D) No peculato culposos ou doloso, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade.
E) Se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário, pratica o crime de peculato doloso.
43. Sobre o princípio do estado de inocência ou presunção de inocência, assinale a alternativa correta:
- A) É um princípio expressamente previsto na Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, inciso LVII, por meio do qual se entende que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
B) Segundo esse princípio, o ônus da prova, em regra, cabe à defesa.
- C) Por esse princípio, a regra deve ser a decretação da prisão cautelar.
D) De acordo com esse princípio, havendo dúvidas, deve o juiz condenar o acusado.
E) Em virtude desse princípio, entende-se que o julgador competente para atuar em determinado processo deve ser aquele previamente escolhido pela lei ou pela Constituição Federal.
44. Sobre o inquérito policial, assinale a alternativa **incorreta**:
- A) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.
B) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.
C) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.
D) O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
E) O inquérito deverá terminar no prazo de 05 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 15 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
45. Sobre a prisão em flagrante delito, assinale a alternativa correta:
- A) Não há crime, quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação.
B) O flagrante esperado é ilegal, pois a polícia tem notícias de que uma infração penal será cometida e passa a monitorar a atividade do agente de forma a aguardar o melhor momento para executar a prisão.
C) A falta de testemunhas da infração impedirá o auto de prisão em flagrante.
D) A superveniência de decretação da prisão preventiva não prejudica as alegações de ilegalidade da prisão em flagrante.
E) Em até 48 (quarenta e oito) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante.
46. Sobre a prisão preventiva, assinale a alternativa **incorreta**:
- A) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
B) A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.

- C) A prisão preventiva poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de medidas cautelares.
- D) A decisão que decretar a prisão preventiva deve ser motivada e fundamentada em receio de perigo e existência concreta de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada.
- E) Não será admitida a decretação da prisão preventiva com a finalidade de antecipação de cumprimento de pena ou como decorrência imediata de investigação criminal ou da apresentação ou recebimento de denúncia.
47. Com relação às medidas cautelares diversas da prisão elencadas no art. 319 do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:
- A) Por ser mais benéfica do que a prisão, a aplicação de medidas cautelares dispensa fundamentação concreta.
- B) As medidas cautelares só podem ser aplicadas isoladamente.
- C) As medidas cautelares alternativas à prisão podem durar enquanto se mantiverem os requisitos do artigo 282 do Código de Processo Penal.
- D) É devida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão quando a constrição se encontra justificada e mostra-se necessária, dada a potencialidade lesiva da infração indicando que providências mais brandas não seriam suficientes para garantir a ordem pública.
- E) O descumprimento de medida cautelar imposta como condição para a liberdade provisória não demonstra, por si só, a adequação da prisão preventiva para conveniência da instrução criminal.
48. Assinale a alternativa que contempla corretamente a classificação das assertivas abaixo, na ordem em que aparecem, como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):
- () É competente, para as causas previstas na Lei n.º 9.099/95, o Juizado do foro do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório.
- () A incompetência territorial pode ser reconhecida de ofício no sistema de Juizados Especiais Cíveis.
- () Ficam excluídas da competência dos Juizados Especiais, entre outras causas, as relativas ao estado e capacidade das pessoas, salvo se de cunho patrimonial.
- () O juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas e para apreciá-las, sendo-lhe vedado, entretanto, dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.
- A) V – F – F – V
 B) F – V – V – F
 C) V – V – F – F
 D) V – V – V – V
 E) F – F – F – V
49. Segundo a Lei n.º 9.099/95, a fase preliminar do processamento das infrações penais perante os Juizados Especiais Criminais envolve as seguintes etapas, **exceto**:
- A) A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.
- B) Na audiência preliminar, presente o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade.
- C) A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.
- D) Não obtida a composição dos danos civis, será dada imediatamente ao ofendido a oportunidade de exercer o direito de representação verbal, que será reduzida a termo. O não oferecimento da representação na audiência preliminar implica decadência do direito, com a consequente extinção da punibilidade do autor do fato.
- E) Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.
50. Em atenção às peculiaridades do Sistema Estadual dos Juizados Especiais, o respeito e garantia ao duplo grau de jurisdição fora assegurado por meio da instituição das Turmas Recursais, que são os órgãos revisores das decisões proferidas nos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública, ou, quando não há Juizado instalado, o processo tenha adotado o rito da Lei Federal nº 9.099/95 ou 12.153/2009. Nessa senda, nos termos da lei instituidora dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, as Turmas Recursais dos Juizados Especiais são compostas por:
- A) Desembargadores designados pela Presidência do Tribunal, na forma do Regimento Interno.
- B) Desembargadores, após inscrição prévia, obedecido o intercalamento dos critérios de antiguidade e merecimento.
- C) Juízes Leigos em exercício no primeiro grau de jurisdição, na forma da legislação dos Estados e do Distrito Federal, com mandato de 2 (dois) anos, e integradas, preferencialmente, por aqueles com mais tempo de atuação no Sistema dos Juizados Especiais.
- D) Juízes Árbitros, escolhidos em comum acordo pelas partes, ou, em caso de divergência, escolhido por sorteio público.
- E) Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, na forma da legislação dos Estados e do Distrito Federal, com mandato de 2 (dois) anos, e integradas, preferencialmente, por juízes do Sistema dos Juizados Especiais.